

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 299.585 - SP (2014/0178967-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : FILIPE SCHMIDT SARMENTO FIALDINI E OUTRO
ADVOGADO : FILIPE SCHMIDT SARMENTO FIALDINI E OUTRO(S) -
SP234093
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : E R J (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de E R J apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0006075-77.2008.8.26.0001).

Colhe-se dos autos que o paciente foi condenado, como incurso nas sanções dos arts. 121, §§ 2º, incisos III e IV, 4º, segunda parte, e 217-A, c/c o art. 14, inciso II, na forma do art. 69, todos do Código Penal, à pena de 21 anos e 4 meses de reclusão, em regime fechado (e-STJ fls. 711/713).

Irresignada, a defesa apelou, tendo sido no entanto desprovido o recurso defensivo pelo Tribunal de origem (e-STJ fls. 818/829, sem ementa).

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados (e-STJ fls. 849/855).

No presente *writ*, sustenta a defesa, em síntese, nulidade por ofensa aos arts. 619 e 479 do Código de Processo Penal, e 143 e 144 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Aduz, outrossim, ilegalidade na dosimetria da pena do paciente.

Afirma, inicialmente, que "*o v. acórdão recorrido omitiu-se da devida prestação jurisdicional, em razão de haver ignorado alguns pedidos defensivos, mesmo após a oposição de embargos de declaração, em patente afronta ao art. 619, do Código de Processo Penal*" (e-STJ fls. 10/11).

Aponta que a defesa, no recurso de apelação, requereu a anulação da condenação com fulcro na "*inexistência de prova produzida em juízo que indique a autoria do homicídio*", na "*inexistência de prova de que o homicídio foi cometido para assegurar a impunidade da suposta tentativa de estupro*" e na "*inexistência de prova da*

Superior Tribunal de Justiça

tentativa de estupro" (e-STJ fl. 11), mas que o Tribunal de origem não apreciou tais pedidos nem mesmo após a oposição de embargos de declaração.

Alega que *"foi requerido o redimensionamento da pena aplicada ao delito de homicídio ao mínimo legal, por carência de fundamentação"* (e-STJ fl. 12), uma vez que a sentença *"NÃO indicou qual seria a qualificadora empregada a título de circunstância judicial e, muito menos, qual foi o fundamento do quantum aplicado, em contrariedade ao princípio do livre convencimento fundamentado, previsto nos arts. 155, 381 e 387, todos do Código de Processo Penal e no art. 93, inc. IX, da Constituição Federal"*, mas que a Corte *a quo* tampouco apreciou tal questão, não obstante a oposição dos embargos de declaração (e-STJ fls. 12/14).

Sustenta a nulidade por ofensa ao art. 479 do CPP, porquanto juntados documentos utilizados em plenário sem a respectiva intimação da defesa – cópias de um inquérito da vara da infância e da juventude, datado de 1997, no qual o paciente teria sido investigado por suposto atentado violento ao pudor, quando ele ainda tinha 16 anos de idade.

Tal nulidade, segundo entende, teria gerado efetivo prejuízo ao paciente, já que houve incitação de preconceito dos jurados, uma vez que *"o DD. Promotor de Justiça explorou o fato de o paciente já ter sido investigado por outro delito sexual, quando ainda era menor de idade, fato que, segundo a acusação, indicaria a autoria do delito em questão, pois o paciente seria um criminoso sexual contumaz [...], a despeito de o paciente [E R J] sequer ter sido condenado, no inquérito que transcorreu na Vara da Infância"* (e-STJ fls. 14/21).

Reforça, no ponto, que *"o sigilo dos registros da Vara da Infância do paciente [E R J] foi quebrado pelo MM. Juízo a quo, sem qualquer fundamentação [...], não sendo a defesa intimada de tal r. decisão"* (e-STJ fls. 21/24), em violação ao disposto nos arts. 143 e 144 do ECA.

Assere, ademais, a falta de fundamentação em relação à majoração da pena do delito de homicídio, pois *"a r. sentença não esclarece a que título empregou essa segunda qualificadora, não especificando se a empregou como circunstância judicial ou circunstância agravante"* (e-STJ fl. 26).

Superior Tribunal de Justiça

Pontua que o acórdão impugnado utilizou a confissão extrajudicial do paciente para confirmar sua condenação, mas que, no entanto, tal atenuante não foi considerada na dosimetria (e-STJ fls. 28/31).

Pugna, ainda, pela incidência da fração máxima de tentativa quanto ao crime de estupro de vulnerável, já que a sentença não teria indicado os fatos pelos quais a redução se deu no grau mínimo (e-STJ fls. 31/35).

Requer, ao final, a concessão da ordem (e-STJ fls. 35/36):

1º) para que seja declarada a nulidade do v. acórdão impugnado, por afronta ao art. 619, do Código de Processo Penal, determinando-se, desde logo, a prolação de outra decisão, que supra as omissões apontadas, alternativamente;

2º) para que seja reconhecida a nulidade do julgamento feito pelo E. Tribunal do Júri, por violação ao art. 479, do Código de Processo Penal, alternativamente;

3º) para que seja anulado o julgamento do paciente feito pelo Tribunal do Júri e determinado o desentranhamento do volume "apenso de juntada por linha", contendo cópias de inquérito da Vara da Infância, alternativamente;

4º) para que a pena pelo delito de homicídio qualificado seja redimensionado ao mínimo legal, qual seja, 12 anos de reclusão, cumulativamente;

5º) para que seja aplicada a atenuante da confissão, a ambos os delitos, redimensionando-se as penas do paciente ao mínimo legal, nos termos da nova redação do art. 492, inc. I, alínea "b", do CPP. Nestes termos, cumulativamente;

6º) para que seja aplicado o patamar legal máximo, qual seja, 2/3 (dois terços), pelo delito de tentativa de estupro de vulnerável (CP, art. 217-A, c.c. art. 14, inc. II), resultando numa pena de 02 anos de reclusão, já adotada como base a pena de 06 anos de reclusão.

Não houve pedido liminar.

As informações foram prestadas às e-STJ fls. 949/1.085.

O Ministério Público Federal, às e-STJ fls. 1.088/1.101, manifestou-se pela extinção do *writ* sem julgamento de mérito.

É o relatório.

Inicialmente, no que tange ao pleito de reconhecimento de violação ao

Superior Tribunal de Justiça

disposto no art. 619 do CPP, ao argumento de que a Corte de origem não teria apreciado, mesmo após a oposição dos embargos de declaração, os pedidos de reconhecimento de "*inexistência de prova produzida em juízo que indique a autoria do homicídio*", de "*inexistência de prova de que o homicídio foi cometido para assegurar a impunidade da suposta tentativa de estupro*" e de "*inexistência de prova da tentativa de estupro*" (e-STJ fl. 11), não merece prosperar o *writ*.

Isso porque, consoante o disposto no art. 619 do CPP, os embargos de declaração supõem defeitos na mensagem do julgado, em termos de ambiguidade, omissão, contradição ou obscuridade, que não se fizeram presentes no caso.

Na espécie, o Tribunal de origem, ao negar provimento ao apelo defensivo, consignou que (e-STJ fls. 826/827):

Primordialmente, faz-se necessário observar que, nos termos da Súmula 713, do STF, "O EFEITO DEVOLUTIVO DA APELAÇÃO CONTRA DECISÕES DO JÚRI É ADSTRITO AOS FUNDAMENTOS DA SUA INTERPOSIÇÃO".

Consta dos autos que ao tempo e local narrados na denúncia, o réu, ora apelante, valendo-se de meio cruel, matou a menor [S B A], à época com 12 (doze) anos de idade, para assegurar impunidade de crime anterior por ele cometido.

Segundo apurado, o apelante tentou constranger a vítima a com ele praticar ato libidinoso diverso da conjunção carnal, posto que ao dar início a um beijo lascivo na boca da menor, foi por ela impedido. Em seguida, a vítima tentou se desvencilhar do réu, ocasião em que este lhe aplicou uma chave de braço no seu pescoço, matando-a por asfixia, objetivando assegurar sua impunidade pela prática de crime anterior.

A materialidade delitiva afeiçoa-se incontestemente, demonstrando-a pelo laudo de exame necroscópico de fls. 214, o qual comprova que a morte ocorrera por asfixia mecânica, por meio de constrição do pescoço, bem como pela prova oral coligida.

De igual forma, a autoria restou inequívoca.

O apelante na fase policial contou que surpreendeu a menor no interior de sua casa mexendo em um aparelho de DVD que estava instalado na sala e aplicou-lhe uma "mata leão". Contou que aplicou força em demasia, não imaginando que tal atitude pudesse provocar sua morte. Posteriormente, ainda na fase administrativa, com a presença de seu defensor (fls. 65), declarou que tentou beijar a menor, mas a mesma não permitiu, sendo que um amigo seu estava presente também indagou à menor se ele poderia beijá-la. A menor tentou ir embora, mas o apelante impediu-a aplicando-lhe "uma chave de braço no pescoço".

Contudo, em Juízo assim como em Plenário, apresentou versão

Superior Tribunal de Justiça

diversa, afirmando ter sido torturado por um delegado e um investigador do DHPP para que confessasse o crime. Alegou ainda, que não foi examinado de forma correta pelo perito quando compareceu ao Instituto Médico Legal (fls.343 e fls.662-mídia digital).

A testemunha [E G DOS S], ouvida às fls. 338, confirmou em Juízo a prática criminosa, apontando o apelante como autor dos fatos, dizendo inclusive que a mãe do increpado lhe contou como tudo ocorrera.

As testemunhas [E R e N A R], pais do increpado, ouvidos na fase policial (fls.27,53 e 59), apontaram o apelante como autor do crime. Em Juízo contudo, (fls. 285/303 e 309/325), sustentaram a versão de que o apelante teria confessado o crime sob tortura, o que não convence, uma vez que o mesmo estava acompanhado de seu defensor quando ouvido na fase administrativa, bem como, pelos laudos de exame de corpo de delito realizado no apelante, subscritos por peritos diversos e realizados em dias diferentes, os quais concluíram pela ausência de lesões (fls.156/162 e fls. 171).

O Conselho de sentença reconheceu que o réu praticou o delito de homicídio qualificado pelo emprego de asfixia, reconhecendo, outrossim, que o motivo da ação criminosa foi para assegurar a impunidade de crime anteriormente praticado. Reconheceram também que o réu tentou constranger a vítima a com ele praticar ato libidinoso diverso da conjunção carnal, bem como que a vítima, à época dos fatos, contava com 12 anos de idade, restando divorciada, no conjunto probatório, a versão exculpante do apelante.

Deste modo, ao contrário do alegado pela Nobre Defesa, a decisão do Conselho de Sentença está perfeitamente ajustada à prova coligida nos autos, eis que fundada em uma das versões apresentadas, não sendo, portanto, manifestamente contrária à prova dos autos.

Tem-se, pois, da análise do excerto acima transcrito, que não houve omissão do Tribunal local acerca das teses aventadas pela defesa, revelando-se os embargos de declaração mera irresignação quanto ao resultado do julgamento, desiderato que não se coaduna com a via dos aclaratórios.

Além disso, o entendimento pacificado do Superior Tribunal de Justiça é o de *"ser possível a anulação de uma decisão do Tribunal do Júri, sob o fundamento de ser manifestamente contrária à prova dos autos, somente quando não houver elemento mínimo de prova a dar suporte à versão acolhida pelo Conselho popular. Porém, comportando o acervo probatório dupla versão dos fatos, é descabida a anulação do veredicto"* (REsp n. 1782632/MG, relatora Ministra LAURITA VAZ,

Superior Tribunal de Justiça

SEXTA TURMA, julgado em 17/9/2019, DJe 1º/10/2019).

Nessa linha de intelecção, *"interposto recurso de apelação contra a sentença proferida pelo Tribunal do Júri, sob o fundamento de ser manifestamente contrária à prova dos autos, ao órgão recursal se permite apenas a realização de um juízo de constatação acerca da existência ou não de suporte probatório para a decisão tomada pelos jurados integrantes do Conselho de Sentença"*, porquanto *"Somente se admite a cassação do veredito se flagrantemente desprovido de elementos mínimos de prova capazes de sustentá-lo"* (HC n. 477.555/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 12/2/2019, DJe 11/3/2019), o que não se verifica na espécie.

Nesse sentido, não há falar-se em violação ao disposto no art. 619 do Código de Processo Penal, tendo em vista que o Tribunal apreciou, devidamente, as teses elencadas pela defesa por ocasião da interposição do recurso de apelação, não sendo demais rememorar que o *habeas corpus* não se revela adequado ao exame de eventual inexistência de suporte probatório da decisão tomada pelos jurados integrantes da Corte Popular, pois tal proceder demandaria impreterível e aprofundada análise do contexto fático-probatório dos autos, vedada na via estreita deste remédio constitucional.

Lado outro, tampouco há de ser reconhecida violação ao disposto no art. 479 do Código de Processo Penal, segundo o qual, *"durante o julgamento não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, dando-se ciência à outra parte"*.

Isso porque, conforme se verifica do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça, *"os documentos foram acostados aos autos **com antecedência de 06 (seis) meses da realização do julgamento**, não tendo a defesa, em momento algum, impugnado referidos documentos. Observe-se ainda, que a defesa do apelante **recebeu cópia integral do feito para o julgamento em 17/11/2011**, ou seja, data anterior da realização do julgamento"* (e-STJ fl. 825), o qual se realizou em 7/12/2011 – e-STJ fls. 714/719.

Verifica-se, pois, que foi observada a regra constante do art. 479 do CPP, porquanto devidamente respeitado o tríduo a que se refere o dispositivo legal em

comento.

Como quer que seja, não há que se reconhecer eventual ofensa ao disposto nos arts. 143 e 144 do ECA pela juntada de documentos referentes a inquérito da vara da infância e da juventude, datado de 1997, no qual o paciente teria sido investigado por suposto atentado violento ao pudor, já que, da leitura dos referidos dispositivos, percebe-se que a norma é claramente dirigida a veículos de comunicação, senão vejamos:

Art. 143. É vedada a **divulgação de atos judiciais**, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.

Parágrafo único. **Qualquer notícia** a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, **vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome.** (grifei)

Art. 144. A expedição de cópia ou certidão de atos a que se refere o artigo anterior somente será deferida pela autoridade judiciária competente, se demonstrado o interesse e justificada a finalidade.

Obviamente, tal sigilo não é dirigido ao Juízo, tal como consignado pelas instâncias ordinárias, uma vez que os registros infracionais podem servir de base, inclusive, para a decretação de eventual prisão preventiva, de acordo com remansosa jurisprudência desta Corte acerca do tema.

Ilustrativamente:

PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. CIRCUNSTÂNCIAS DO FLAGRANTE. QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. REITERAÇÃO DELITIVA.

[...]

4. Conforme pacífica jurisprudência desta Corte, a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade.

5. Recurso ordinário desprovido.

(RHC 117.093/MG, de minha relatoria, SEXTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 02/10/2019, grifei)

Superior Tribunal de Justiça

Além disso, a referência aos documentos produzidos em inquérito para apuração de ato infracional anterior, na hipótese, não se coaduna com aquelas hipóteses em que existe proibição expressa de leitura ou de referência, consoante a regra do art. 478 do Código de Processo Penal, *in verbis*:

Art. 478. Durante os debates as partes não poderão, sob pena de nulidade, fazer referências:

I – à decisão de pronúncia, às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação ou à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que beneficiem ou prejudiquem o acusado;

II – ao silêncio do acusado ou à ausência de interrogatório por falta de requerimento, em seu prejuízo.

Trata-se, portanto, sob a ótica do art. 478 do CPP, de documento idôneo cuja referência não implica prejuízo ao paciente, não sendo o *habeas corpus* seara adequada para perquirir se tal procedimento teria incitado ou não preconceito pelos jurados a influir negativamente em seu julgamento, mormente se considerados os demais elementos produzidos ao longo do processo, que ensejaram o reconhecimento pelo Conselho de Sentença de que o paciente praticara os delitos pelos quais foi pronunciado.

Sob qualquer ângulo, portanto, não obstante os judiciosos argumentos defensivos, não se vislumbra a alegada ilegalidade por ofensa ao disposto nos arts. 479 do CPP ou 143 e 144 do ECA.

Por fim, quanto à dosimetria realizada, tampouco verifico a existência de ilegalidade, não merecendo reparos o entendimento fixado pela instância ordinária.

Transcrevo, oportunamente, o seguinte excerto do acórdão proferido pelo Tribunal de origem, no ponto (e-STJ fls. 828/829):

A pena-base foi majorada em 1/12, em razão da existência de mais de uma qualificadora, **sendo a segunda computada como circunstância judicial. Na segunda fase, ausentes causas atenuantes ou agravantes.** Realmente, como bem observado pelo I. Procurador de Justiça, **não era o caso de se reconhecer a circunstância atenuante da confissão, eis que o apelante se retratou em Juízo.**

Neste Sentido:

Superior Tribunal de Justiça

'Não se beneficia da circunstância atenuante obrigatória da confissão espontânea o acusado que desta se retrata em Juízo A retratação judicial da anterior confissão efetuada perante a Polícia Judiciária obsta invocação e a aplicação da circunstância atenuante refenda no art 65, inciso III, letra "cT, do Código Penal" (STF-HC 69 188-9-Rel Ministro Celso de Mello-DJU. de 26 3.93. p. 5003)

Na fase derradeira, presente a causa de aumento prevista no parágrafo 4º, segunda parte do artigo 121 do Código Penal (vítima menor de 14 anos), a reprimenda foi corretamente majorada na fração de 1/3.

Também não merece reparos a reprimenda aplicada ao crime de atentado violento ao pudor, já que o douto magistrado aplicou a lei vigente à época dos fatos, mais benéfica ao apelante, diminuindo-a de 1/3, tendo em vista o iter criminis percorrido, pois muito próximo da consumação do crime.

A fixação do regime prisional fechado para o apelante é adequada, considerando-se a hediondez do crime praticado. Somente o rigor do mais duro cárcere poderá proporcionar a oportunidade de ressocialização ao inculpado, que necessita da contenção ali existente (grifei).

Verifica-se, no caso, que as instâncias ordinárias, tendo em vista a pluralidade de qualificadoras, utilizou uma para indicar o tipo qualificado e a outra como circunstância judicial desfavorável, em procedimento compatível com o entendimento desta Corte acerca da controvérsia, já que, "*segundo a jurisprudência prevalente, o concurso de qualificadoras autoriza a valoração negativa, das excedentes, no âmbito das circunstâncias judiciais ou agravantes*" (HC n. 453.169/RS, relatora Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 6/6/2019, DJe 17/6/2019).

Quanto à não incidência da confissão, destacou a Corte *a quo* a impossibilidade de reconhecimento da referida atenuante, visto que houve retratação em juízo da confissão realizada perante a autoridade policial. Além disso, estando consignada pelo Tribunal de origem a existência de outras provas colhidas durante a instrução, bem assim o laudo pericial produzido, que ensejaram a condenação do paciente, não se mostra cabível a conclusão, tal como pretende a defesa, de que "*o acórdão impugnado utilizou a confissão extrajudicial do paciente para confirmar sua condenação, mas que, no entanto, tal atenuante não foi considerada na dosimetria*".

Não incide à hipótese, assim, o teor da Súmula n. 545 desta Corte, segundo a qual, "*quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do*

Superior Tribunal de Justiça

jugador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal".

Por último, não é possível o reconhecimento de fração diversa da mínima quanto à tentativa do delito de estupro de vulnerável. Isso porque, conforme destacou o Tribunal local, o Magistrado sentenciante fixou a fração de redução pela tentativa em 1/3, tendo em vista o *iter criminis* percorrido. No entanto, para infirmar tal conclusão, seria necessário o minucioso revolvimento dos autos no que diz respeito ao delito e suas circunstâncias, providência vedada na angusta via do *writ*.

Cito, nesse sentido, os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. DOSIMETRIA. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. SENTENÇA. QUANTUM DE REDUÇÃO PELA TENTATIVA. ITER CRIMINIS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA.

1. Deve ser mantida a decisão monocrática que indeferiu liminarmente o presente writ, uma vez que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que o Código Penal, em seu art. 14, inciso II, adotou a teoria objetiva quanto à punibilidade da tentativa, pois, malgrado semelhança subjetiva com o crime consumado, diferencia a pena aplicável ao agente doloso de acordo com o perigo de lesão ao bem jurídico tutelado. Nessa perspectiva, a jurisprudência desta Corte adota critério de diminuição do crime tentado de forma inversamente proporcional à aproximação do resultado representado: quanto maior o *iter criminis* percorrido pelo agente, menor será a fração da causa de diminuição. No caso em apreço, a Corte local manteve a redução pela tentativa em 1/3 (um terço), tendo em vista o *iter criminis* percorrido pelo agente, não se cogitando desproporcionalidade a ser sanada (HC n. 502.584/SP, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 11/6/2019).

2. Chegar a uma conclusão diversa das instâncias ordinárias, quanto à fração adequada pela incidência da causa de diminuição de pena da tentativa, necessitaria do reexame fático-probatório, vedado na via eleita. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 472.687/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 29/08/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ROUBO SIMPLES. FRAÇÃO DE REDUÇÃO PELA TENTATIVA. REEXAME DOS FATOS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Segundo entendimento deste Superior Tribunal, "o quantum de diminuição da pena pela tentativa deve considerar o *iter criminis* percorrido pelo agente, ou seja, a redução de pena deve ser menor se

Superior Tribunal de Justiça

o agente chegou próximo à consumação do delito" (HC n. 223.070/MG, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, 6ª T, DJe 19/3/2013).

2. No caso, o Tribunal local fundamentou, com base nas circunstâncias do caso concreto, a redução de pena no patamar de 1/2, tendo em vista o iter criminis percorrido pelo agente.

3. Para concluir de forma diversa, seria necessário o minucioso exame dos autos no que diz respeito ao fato criminoso e às suas circunstâncias, providência que é vedada na via estreita do habeas corpus, de cognição sumária.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 511.235/MS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/06/2019, DJe 27/06/2019)

Diante de tais considerações, **denego a ordem.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator